

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO À  
ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DE EMISSÃO DA BAESA – ENERGÉTICA  
BARRA GRANDE S.A.**

Pelo presente instrumento,

**BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mariante, nº 284, conjunto 502, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.781.143/0001-39, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora” ou a “Companhia”);

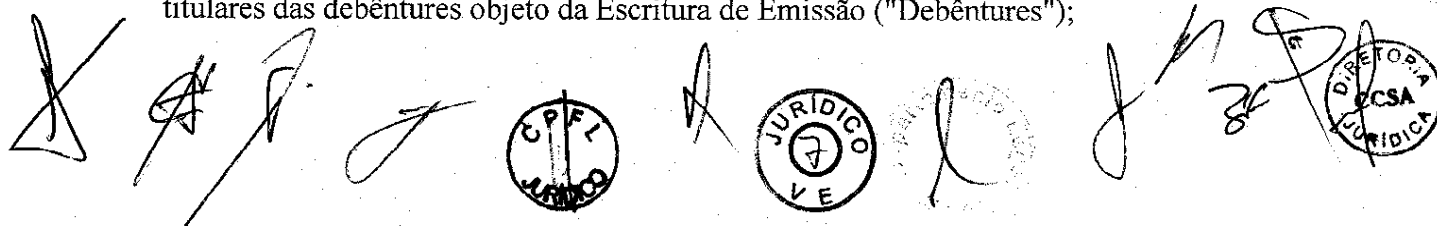
**ALCOA ALUMÍNIO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Poços de Caldas/Andradas, Km 10, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.637.697/0001-01, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Alcoa”);

**CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.429.144/0001-93, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “CPFL”);

**HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, nº 254, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.148/0001-07, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Hejoassu”);

**CAMARGO CORRÊA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal nº 160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.098.905/0001-09, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a “Camargo Corrêa” e, em conjunto com a Alcoa, CPFL e a Hejoassu, as “Fiadoras” e, quando referidas individualmente, a “Fiadora”); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, grupo 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeada na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da Escritura de Emissão (“Debêntures”);



Handwritten signatures and circular stamps of the companies involved. The stamps include: CPFL ENERGIA, JURIDICO, and a circular stamp for PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. There is also a circular stamp for CCSA (Comissão de Valores Mobiliários) with the text 'DIRETORIA' and 'JURIDICA'.

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o terceiro aditamento (o "Aditamento") ao "Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da BAESA – Energética Barra Grande S.A." ("Escritura de Emissão", "1ª Emissão" e "Debêntures", respectivamente), celebrada em 27 de agosto de 2004, conforme alterada pelo "Primeiro Aditamento à Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da Baesa – Energética Barra Grande S.A.", celebrado em 01 de agosto de 2007 e pelo "Segundo Aditamento à Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da Baesa – Energética Barra Grande S.A.", celebrado em 10 de outubro de 2007, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

#### CONSIDERANDO QUE:


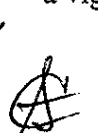




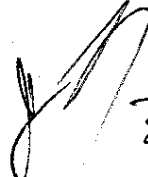


A) Em Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD 2ª série"), ocorrida em 08 de novembro de 2007, Debenturistas representando 100,00% (cem por cento) das debêntures da 2ª série da 1ª Emissão, em circulação, aprovaram a alteração (i) da Remuneração das Debêntures da 2ª Série de IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado acrescida da taxa de 10,3% ao ano pela taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros "Over Extra-Grupo" de um dia (a "Taxa DI"), calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP acrescida de um spread de 0,40% ao ano; (ii) da Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série de 1º agosto de 2011 para 1º agosto de 2010; e (iii) da próxima data de amortização das Debêntures da 2ª Série para 1º de agosto de 2010;

B) Em razão das deliberações aprovadas na AGD 2ª série, realizada no dia 08 de novembro de 2007, a Emissora e o Agente Fiduciário foram autorizados, por debenturistas representando 100,00% (cem por cento) das debêntures da 2ª série da 1ª Emissão, a firmar o presente Aditamento;

Resolvem as partes, como de fato e de direito resolvido que têm, celebrar o "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento à Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Emissão da BAESA – Energética Barra Grande S.A.", de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA I - DAS ALTERAÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO

1.1 Fica estabelecida a alteração do item 3.13.2 da Escritura de Emissão, que passará a vigor com a seguinte redação:

     2/17    

### 3.13.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

3.13.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração abaixo descrita (a “Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e, quando designada juntamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Remuneração”).

3.13.2.1.1. Atualização - As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, até o dia 13 de novembro de 2007, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (a “Atualização das Debêntures da 2ª Série”), segundo a seguinte fórmula:

$$VN_a = VN_e \times \left\{ \left[ \frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[ \frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[ \frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

**VNa** = é o Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = é o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, no início do Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**IGP-M<sub>0</sub>** = o valor do número índice IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

**IGP-M<sub>1</sub>** = é o valor do número índice IGP-M do mês de início de atualização;

**IGP-M<sub>2</sub>** = é o valor do número índice IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

**IGP-M<sub>n</sub>** = é o valor do número índice IGP-M do mês “n”;

**IGP-M<sub>n-1</sub>** = é o valor do número índice IGP-M do mês anterior ao mês “n”;

**dup** = é o número de dias úteis contados do primeiro dia útil do mês da atualização até a data de atualização;

**dut** = é o número de dias úteis do mês corrente.

Observação: O fator acumulado das variações mensais dos índices será considerado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

3.13.2.1.2. O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

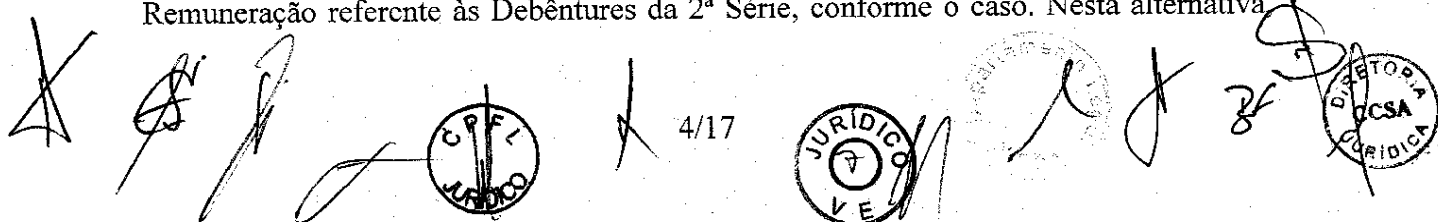
3.13.2.1.3. A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, e sua incidência se dará até o dia 13 de novembro de 2007, devendo ser calculado *pro-rata-temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série anterior até o dia 13 de novembro de 2007. A partir de 13 de novembro de 2007, as Debêntures da 2ª Série não farão jus a Atualização.

3.13.2.1.4. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver ainda sido divulgado o IGP-M válido para o respectivo período, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, não sendo devida qualquer compensação financeira entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a falta de divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias corridos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

3.13.2.1.5. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias corridos do IGP-M (o "Período de Ausência do IGP-M"), contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá realizar Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/2003 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Atualização das Debêntures da 2ª Série a ser proposto pela Emissora. A Assembléia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IGP-M.

3.13.2.1.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Atualização das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar a alternativa escolhida por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas:

(i) A Emissora deverá recomprar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração referente às Debêntures da 2ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa

The bottom of the page contains several handwritten signatures and official stamps. From left to right, there is a large 'X' mark, a signature, a circular stamp with 'CPFI' and 'LUCIO' inside, the date '4/17', a circular stamp with 'JURIDICO' and 'VE' inside, another signature, and a circular stamp with 'DEBENTURAS' and 'CCSA' inside. There are also some other smaller marks and initials scattered around.

para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 3.13.2.2 abaixo; ou

(ii) A Emissora deverá recomprar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série ou a data em que ocorrer a próxima repactuação das condições das Debêntures da 2ª Série, o que ocorrer primeiro. Nesta alternativa, durante o prazo de recompra das Debêntures da 2ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 3.14 abaixo, observado que, até a recompra integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas.

3.13.2.2. Juros Remuneratórios – As debêntures da 2ª série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de (i) 9,55% (nove vírgula cinquenta e cinco por cento) ao ano durante o período entre a Data de Emissão (inclusive) e 27 de outubro de 2006 (exclusive); e (ii) 10,30% (dez inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, desde 27 de outubro de 2006 (inclusive) até 13 de novembro de 2007 (exclusive). Os Juros Remuneratórios incidirão sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série (o “Valor Nominal Unitário Atualizado”), e serão calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a Data de Emissão, ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, devendo ser pagos anualmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, ou seja, ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série decorrente dos primeiros 24 (vinte e quatro) meses será calculada a partir da Data de Emissão e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, gerando-se, assim, um novo Valor Nominal Unitário, que será a nova base para a incidência dos Juros Remuneratórios e da Atualização das Debêntures da 2ª Série a partir do 25º (vigésimo quinto) mês.

Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados e pagos de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

5/17



J = valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série na data de início de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

b = 9,55% (nove vírgula cinquenta e cinco por cento) ao ano durante o período entre a Data de Emissão (inclusive) e 27 de outubro de 2006 (exclusive); e (ii) 10,30% (dez inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano desde 27 de outubro de 2006 (inclusive) até 13 de novembro de 2007 (exclusive);

n = número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

Observação: O fator resultante da expressão acima será calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

3.13.2.3. Entende-se por "Período de Vigência da Remuneração da 2ª Série" o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 2ª Série permanecerão vigentes, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de agosto de 2010, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro, observadas eventuais alterações nas condições das Debêntures da 2ª Série por deliberação em Assembléia Geral de Debenturistas.

3.13.2.4. A partir do dia 13 de novembro de 2007, as Debêntures da 2ª Série não mais farão jus a Atualização das Debêntures da 2ª Série, assim como, aos Juros Remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série.

3.13.2.4.1. A partir do dia 13 de novembro de 2007, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração abaixo descrita (a "Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, quando designada juntamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "Remuneração").

3.13.2.4.2. As Debêntures da 2ª Série renderão juros a taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ainda não amortizado das Debêntures da 2ª Série, a partir do dia 13 de novembro de 2007, e calculados da seguinte forma:



Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª. Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J valor unitário da Remuneração das Debêntures da 2ª. Série devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtivo das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

$TDI_k$  Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

$DI_k$  Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

7/17

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread spread de 0,40%;

DP número de dias úteis entre a data de pagamento de remuneração anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDIk})$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDIk})$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

3.13.2.4.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do spread, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

3.13.2.4.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da data de extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniária previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.



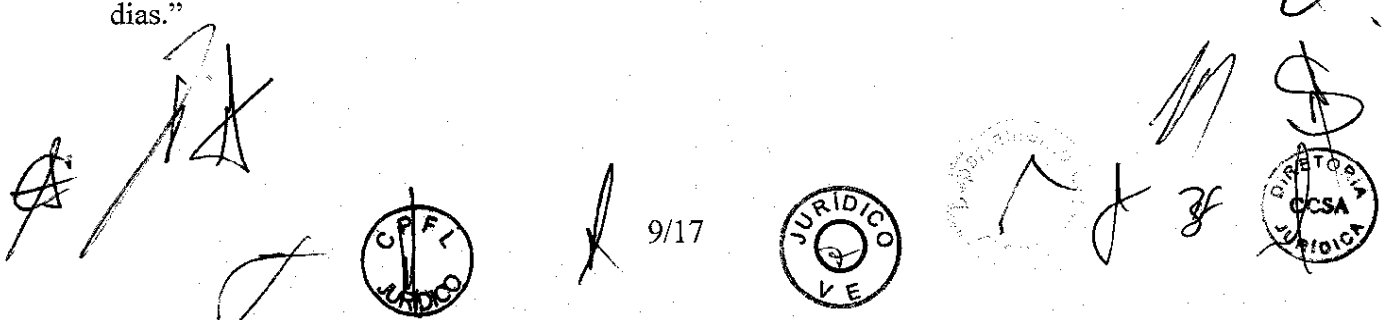


3.13.2.4.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anterior a ser utilizada até esta data.

3.13.2.4.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 3.13.2.4.4 acima), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 2ª Série, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou

b) a Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures da 2ª Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 3.13.2 acima, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série será utilizada uma Taxa Substitutiva definida por Debenturistas representando, no mínimo, (i) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em primeira convocação; ou (ii) a maioria dos presentes à Assembleia Geral de Debenturistas realizada em segunda convocação, e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias."

The bottom of the page contains several handwritten signatures and circular stamps. On the left, there are two large, stylized signatures. In the center, there is a circular stamp with the text "CPFL JURIDICO" and a date "9/17" next to it. To the right of the date is another circular stamp with the text "JURIDICO VE". Further right, there is a circular stamp with the text "DIRETORIA CCSA" and "CURITIBA". On the far right, there are more handwritten signatures and a circular stamp with the text "DIRETORIA CCSA" and "CURITIBA".

1.2 Fica estabelecida a alteração do item 3.14.1 da Escritura de Emissão, que passará a vigor com a seguinte redação:

“3.14.1. Durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, os valores relativos à Remuneração das Debêntures da 1ª Série deverão ser pagos trimestralmente a partir do primeiro mês da Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, sempre no dia 1º dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que o último pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série ocorrerá no dia 1º de agosto de 2016 ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série, o que ocorrer primeiro. Durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, os valores relativos aos Juros Remuneratórios e à Atualização das Debêntures da 2ª Série que compõem a Remuneração das Debêntures da 2ª Série, observado o disposto no item 3.13.2.4 e seus subitens, deverão ser pagos anualmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, sempre no dia 1º do mês de agosto de cada ano, sendo que o último pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série ocorrerá no dia 1º de agosto de 2016 ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro (cada data de pagamento da remuneração referida como a “Data de Pagamento da Remuneração”).”





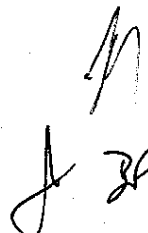


1.3 Fica estabelecida a alteração do item 3.15.2 da Escritura de Emissão, que passará a vigor com a seguinte redação:

“3.15.2. O Valor Nominal Unitário das debêntures da 2ª série será pago em 08 (oito) parcelas, conforme tabela abaixo (a “Amortização das Debêntures da 2ª Série”), ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro.

Data de Pagamento das Amortizações	Percentual do Valor Nominal Unitário por Debênture na data de 1º de agosto de 2006
1º de agosto de 2007	10%
1º de agosto de 2010	30%
1º de agosto de 2011	10%
1º de agosto de 2012	10%
1º de agosto de 2013	10%
1º de agosto de 2014	10%
1º de agosto de 2015	10%
1º de agosto de 2016	10%

1.4 Fica estabelecida a alteração do item 3.16 da Escritura de Emissão, que passará a vigor com a seguinte redação:

“3.16. Repactuação e Direito de Venda

  
  
  
10/17  
  
  
  


3.16.1. A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, deverá propor a repactuação de determinadas características das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os seguintes termos e condições:


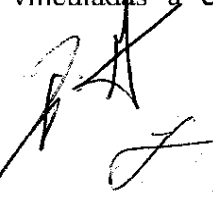


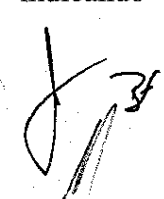

3.16.1.1. A repactuação das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao final do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de agosto de 2007 (a "Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série"), e a repactuação das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao final do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de agosto de 2010 (a "Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, as "Datas de Repactuação").

3.16.1.2. A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, deverá deliberar e comunicar aos Debenturistas, por intermédio de publicação de Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis das respectivas Datas de Repactuação, as condições aplicáveis ao Período de Vigência da Remuneração subsequente (o "Novo Período de Vigência da Remuneração"), incluindo, mas não se limitando:

- a) o prazo do Novo Período de Vigência da Remuneração;
- b) a remuneração a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração com relação às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série;
- c) a periodicidade de pagamento da remuneração durante o Novo Período de Vigência da Remuneração;
- d) o *covenant* financeiro, conforme estabelecido no item 3.20.1.1 (h) abaixo, a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração
- e) a nova estrutura de garantias; e
- f) as demais características.

3.16.1.3. Na mesma comunicação a que se refere o item 3.16.1.2 anterior, serão divulgados os locais do Agente Escriturador nos quais os Debenturistas, cujas Debêntures estejam ali depositadas, poderão exercer o Direito de Venda, conforme definido no item 3.16.1.4.

3.16.1.4. Os Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme disposto no item 3.16.1.2 acima, terão o direito de vender, à Companhia, todas ou apenas parte das Debêntures de que sejam titulares, sendo que esse total a Companhia será obrigada a adquirir integralmente (o "Direito de Venda"), desde que manifestem, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas de que trata o item 3.16.1.2 acima, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas no SND, ou por meio dos procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX, ou, ainda, por intermédio do Agente Escriturador, para as Debêntures não vinculadas a esses sistemas, o exercício do Direito de Venda, indicando a

   11/17   

quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda (as "Debêntures Objeto de Venda").

3.16.1.4.1. Apenas a título de esclarecimento, e para que se evitem quaisquer dúvidas, qualquer que seja o resultado da repactuação de qualquer uma das séries não vinculará, de qualquer modo, a outra.

3.16.1.4.2. Durante o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas de que trata o item 3.16.1.2 acima, os Debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, analisar as minutas dos documentos que, conforme o caso, comporão a nova estrutura de garantia proposta pela Emissora. As minutas dos documentos referentes à nova estrutura de garantia, conforme o caso, estarão disponíveis na sede do Agente Fiduciário e na sua página na Internet [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br)).

3.16.1.4.3. Os Debenturistas que não indicarem Debêntures para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere o item 3.16.1.4 acima, ou que o fizerem apenas parcialmente, desde já outorgam, pela presente, ao Agente Fiduciário, mandato específico para que o mesmo celebre, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, aditivo à presente Escritura de Emissão, substancialmente nos termos das minutas disponibilizadas aos Debenturistas, durante o prazo de 10 (dez) dias, referidas no item 3.16.1.4 acima, e os demais documentos pertinentes, dos quais constarão as novas condições aplicáveis às Debêntures.

3.16.1.5. Decorrido o prazo de manifestação do Direito de Venda a que se refere o item 3.16.1.4 acima, e tendo o Debenturista se manifestado na forma ali prevista, o exercício do Direito de Venda pelo Debenturista será irrevogável e irretratável, sendo certo que (a) a falta de manifestação por parte dos Debenturistas no prazo a que se refere o item 3.16.1.4 acima ou (b) a manifestação relativa somente à parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais Debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos do item 3.16.1.4 acima.

3.16.1.6. O Direito de Venda não se aplica (a) às Debêntures que não foram indicadas pelo Debenturista para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere a Cláusula 3.16.1.4 acima, e (b) em caso de vencimento antecipado das Debêntures.

3.16.1.7. Fica desde já certo e ajustado que as Debêntures Objeto de Venda ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND, para as Debêntures depositadas nesse sistema, ou da CBLC, para as Debêntures depositadas nesse sistema, ou, ainda, do Agente Escriturador para as Debêntures não vinculadas aos sistemas mencionados, desde a manifestação do Debenturista a que se refere o item 3.16.1.4 acima até (i) o dia 1º de agosto de 2007, para as Debêntures da 1ª Série, quando devem ser liquidadas pela Emissora ou pelas Fiadoras, caso a Emissora não efetue o pagamento tempestivo e devidamente, no caso do primeiro Período de Vigência da Remuneração



12/17



das Debêntures da 1ª Série; e 1º de agosto de 2010, para as Debêntures da 2ª Série, quando devem ser liquidadas pela Emissora ou pelas Fiadoras, caso a Emissora não efetue o pagamento tempestiva e devidamente, no caso do primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, ou até (ii) o dia da efetiva liquidação das Debêntures Objeto de Venda caso não sejam efetuados os pagamentos devidos pelas mesmas em 1º de agosto de 2007 e 1º de agosto de 2010, respectivamente, o que ocorrer primeiro ("Data do Exercício do Direito de Venda").

3.16.1.8. Em até 05 (cinco) dias corridos contados do último dia do prazo de 10 (dez) dias úteis a que se refere o item 3.16.1.4 acima, a Emissora informará ao Agente Fiduciário a quantidade total das Debêntures Objeto de Venda, sendo sua aquisição, pela Companhia, nos termos deste item 3.16, efetuada pelo saldo do Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, ainda não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, e observado o disposto no item 3.13.2.4 acima, acrescido da Remuneração cabível, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Exercício do Direito de Venda, sendo certo, entretanto, que as condições da Remuneração aplicáveis às Debêntures Objeto de Venda até a referida data serão aquelas a que se refere os itens 3.13.1 a 3.13.2.3 acima, ou seja, a Remuneração em vigor até o dia 1º de agosto de 2007, para as Debêntures da 1ª Série, e dia 1º de agosto de 2010, para as Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* ("Preço de Exercício"). No dia útil imediatamente anterior à Data de Exercício do Direito de Venda, a Emissora enviará ao SND, ou à CBLC, ou ao Agente Escriturador para as Debêntures não vinculadas ao sistemas mencionados, conforme o caso, a informação referente ao Preço de Exercício.

3.16.1.9. Na Data do Exercício do Direito de Venda, o SND, a CBLC ou o Agente Escriturador, conforme o caso, liquidarão automaticamente a compra e venda das Debêntures Objeto de Venda, por meio de transferência das Debêntures Objeto de Venda da conta de custódia do Debenturista para a conta de custódia da Companhia, com o respectivo pagamento, pela Companhia ao Debenturista, do Preço de Exercício, observados: (a) o Regulamento de Operações do SND, divulgado pela ANDIMA, para as Debêntures Objeto de Venda depositadas no SND, ou (b) o Regulamento de Operações e Procedimentos Operacionais da CBLC, para as Debêntures depositadas na CBLC, ou (c) conforme regulamento do Agente Escriturador. A liquidação das operações de compra e venda a que se refere este item 3.16 será considerada quitação integral e regular do Preço de Exercício pela Companhia aos Debenturistas.

3.16.1.10. A responsabilidade pelo pagamento do Preço de Exercício das Debêntures Objeto de Venda será única e exclusiva da Companhia sendo certo, entretanto, que se essa não o fizer, as Fiadoras deverão fazê-lo nos termos da Fiança prestada consoante esta Escritura de Emissão e os Contratos de Fiança. No caso de não pagamento do Preço de Exercício pela Emissora, nas datas de 1º de agosto de 2007 e 1º de agosto de 2010, respectivamente, para as Debêntures da 1ª Série e para as Debêntures da 2ª Série, as Fiadoras deverão fazê-lo, para as Debêntures custodiadas no SND, "em nome" da



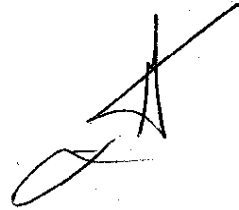







Emissora, adotando-se para tal os mesmos procedimentos descritos no Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Banco Mandatário, celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Emissora, em 08 de junho de 2004, conforme alterado, obedecendo aos critérios utilizados pela CETIP quanto à liquidação financeira. Se as Fiadoras forem acionadas para pagamento após as datas de 1º de agosto de 2007 e 1º de agosto de 2010, respectivamente, para as Debêntures da 1ª Série e para as Debêntures da 2ª Série, adotar-se-á o critério de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures - SND.

3.16.1.11. Observado o disposto no item 3.17 abaixo, poderá a Companhia, a qualquer tempo, resgatar antecipadamente as Debêntures que não as Objeto de Venda, a seu exclusivo critério."

**1.5** Fica estabelecida a alteração do item 3.17.2 da Escritura de Emissão, que passará a vigor com a seguinte redação:

"3.17.2. No caso das Debêntures da 2ª Série, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, da Data de Emissão, e desde que em data diferente da Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série, reserva-se a Emissora o direito de promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série em circulação mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado ainda não amortizado, nos termos do item 3.15 acima, e observado o disposto no item 3.13.2.4 acima, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida até a data do resgate antecipado facultativo, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescida de prêmio de 1,0% (um por cento) incidente sobre o volume das Debêntures da 2ª Série objeto do resgate antecipado facultativo sendo que, a partir do 4º ano, inclusive, o prêmio para resgate antecipado facultativo será reduzido para 0,50% (cinquenta centésimos por cento), devendo a Emissora publicar Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos contados da data de resgate antecipado facultativo, nos termos do item 3.23 abaixo. O resgate antecipado facultativo poderá ser da totalidade ou de parte das Debêntures da 2ª Série em circulação sendo, neste último caso, efetuado mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis. O resultado do sorteio para resgate parcial, para as Debêntures registradas no SND, dar-se-á através de operação de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures - SND."

## CLÁUSULA II - DAS RATIFICAÇÕES

    14/17      

2.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

### CLÁUSULA III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

3.2 O presente Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul – JUCERGS (a “JUCERGS”).

3.3 Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, firmam o presente instrumento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 08 de agosto de 2008

**BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.**

Carlos Alberto Bezerra de Miranda  
Diretor Superintendente e de  
Relações com Investidores

Edson Schiavotelo  
Diretor de Sustentabilidade e  
de Relações Institucionais

1. \_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

2. \_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

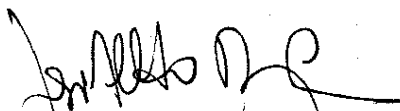


15/17




Página de assinatura do Terceiro Aditamento à Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, de Emissão da BAESA - Energética Barra Grande S.A.

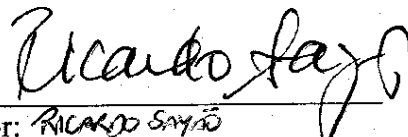
**Bruno Machado Faria**  
Diretor de Assuntos Corporativos  
**CAMARGO CORRÊA S.A.**

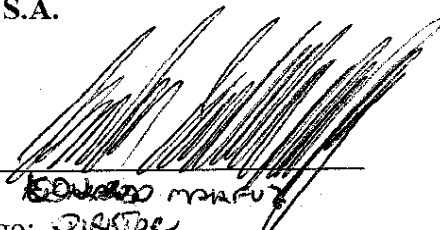
1.   
Por: **JOSÉ ALBERTO DINIZ DE OLIVEIRA**  
Cargo: **DIRETOR**

**José Alberto Diniz de Oliveira**  
Diretor Superintendente


2.   
Por: **BRUNO MACHADO FARIA**  
Cargo: **DIRETOR**

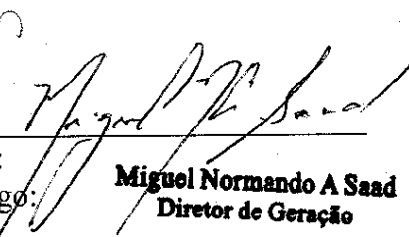
**ALCOA ALUMÍNIO S.A.**

1.   
Por: **RICARDO SÁVIO**  
Cargo: **DIRETOR**


2.   
Por: **EDUARDO MARFUZ**  
Cargo: **DIRETOR**

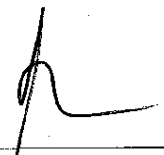
**CPFL ENERGIA S.A.**

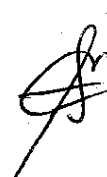

1.   
Por: **JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO**  
Cargo: **Diretor Vice-Presidente Financeiro**

m  
2.   
Por: **Miguel Normando A Saad**  
Cargo: **Diretor de Geração**

**HEJOASSU ADMINISTRAÇÃO S.A.**

1.   
Por: **MARCUS S. C. MENDES**  
Cargo: **DIRETOR**

2.   
Por: **MARCUS S. C. MENDES**  
Cargo: **DIRETOR**

  
  
16/17





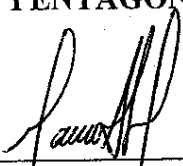






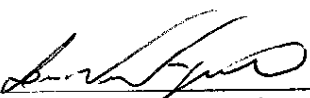
Página de assinatura do Terceiro Aditamento à Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, de Emissão da BAESA – Energética Barra Grande S.A.

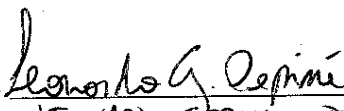
**PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

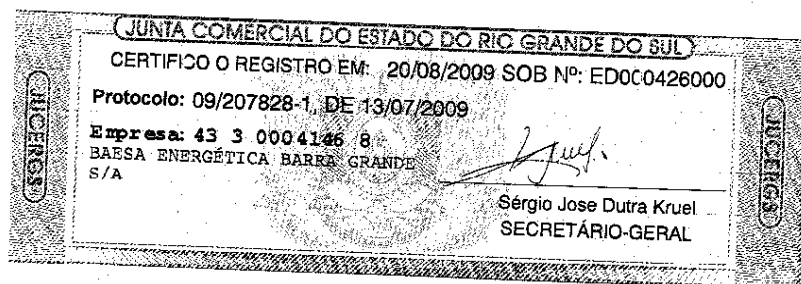
1.   
Por: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Marco Aurélio Machado Ferreira**  
**Procurador**

2. \_\_\_\_\_  
Por: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

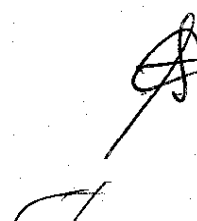
TESTEMUNHAS:

1.   
Por: **Leonardo Velloso Figueiredo**  
RG: **18.305.305**  
CPF/MF: **05.554.858-48**

2.   
Por: **LEONARDO GERMANO DE PINA**  
RG: **3.705.537**  
CPF/MF: **004.343.919-88**









17/17





